

O ESFACELAMENTO DA IUGOSLÁVIA E O DESTINO DA BÓSNIA

Robin Blackburn

Tradução do inglês: Otacílio Nunes

RESUMO

Este artigo faz uma retrospectiva do desenvolvimento dos conflitos na ex-Iugoslávia, apontando a responsabilidade das políticas impostas pelas potências ocidentais à região no esfacelamento da Federação iugoslava. O autor rejeita a atribuição de um caráter fascista a alguns dos detentores de poder na região e defende a manutenção de sanções econômicas — como forma de pressionar as elites políticas da região — e a constituição de uma força armada sob comando da ONU que incorpore forças locais das várias etnias — como um meio de assegurar a implementação de acordos de paz.

Palavras-chave: Iugoslávia; Bósnia-Herzegovina; conflito étnico; políticas de paz; potências ocidentais; ONU.

SUMMARY

This article provides a retrospective on the development of civil strife in former Yugoslavia, showing how the regional policies imposed by Western powers also were responsible for the breakup of the Yugoslav Federation. The author discards attributing a fascist character to different political leaders in the region, while defending the maintenance of economic sanctions as a form of putting pressure on the regional ruling elite, along with the constitution of UN-led armed forces, which should incorporate local forces from different ethnic backgrounds as a means of securing the enforcement of peace agreements.

Keywords: Yugoslavia; Serbia; Bosnia-Herzegovina; Croatia; ethnic conflict; peace policy; Western powers; United Nations.

O colapso da Iugoslávia e a sangrenta guerra civil resultante se tornaram o pior conflito a afligir qualquer parte da Europa em quatro décadas. Nem os governos do Ocidente nem os partidos e movimentos de esquerda tiveram facilidade para orientar-se à medida que o conflito se desdobrou, e os partidários de uma solução rápida — ou seja, acrescentar armamentos ao problema — tornaram-se particularmente indignados e arrogantes. Sob certos aspectos vitais, a particularidade dessas guerras balcânicas exigiu algo novo, como contrapartida à novidade da situação na ex-Iugoslávia. As paixões que animaram esse desastre não podem ser atribuídas apenas, nem mesmo primordialmente, a antigas inimizades. Embora estas tenham desempenhado seu papel, receberam uma nova e potente virulência, temeridade e desespero de fúrias modernas tais como

Artigo originalmente publicado em *New Left Review*, nº 197, janeiro/fevereiro de 1993.

desenvolvimento violentamente desigual, hiperinflação, desemprego em massa, programas de austeridade, demagogia da mídia, militarismo, corrupção política, totalitarismo étnico e aquele frenesi intolerante de maiorias instáveis que se poderia chamar de demência democrática. Na verdade, um dos aspectos mais sinistros do despedaçamento da Iugoslávia é o fato de que seu cenário é extremamente moderno e sua evolução na década de 80 prenunciou muitas das receitas domésticas e internacionais que estão sendo experimentadas na década de 90 em outros estados pós-comunistas.

Para sobreviver no mundo moderno, os estados plurinacionais precisam de um imaginário coletivo sustentado por um mínimo de competência administrativa, desenvolvimento democrático, progresso econômico e esperança no futuro. Contrariando as probabilidades, a Suíça e a Espanha, a Inglaterra e a Bélgica, o Canadá e a Índia até agora se mantiveram acima do limiar. Até 1970, a Iugoslávia realizou com efeito o mínimo necessário, mas na década de 70 o governo cada vez mais autoritário e esclerosado da Liga dos Comunistas primeiro ameaçou e depois destruiu essa realização. A legitimidade relativamente maior do regime comunista na Iugoslávia, derivada da guerra de guerrilhas e do rompimento com Stalin, primeiramente deu à Federação Eslava do Sul um espaço para respirar, apesar do legado venenoso do Ustashe e dos *chetniks*¹, responsáveis pelo massacre de centenas de milhares de pessoas no período da guerra. A decisão de tornar Kossovo, com sua população predominantemente albanesa, uma província da Sérvia e não uma república separada acabou sendo um erro fatal. Mas, quanto ao mais, a Iugoslávia ofereceu representação formal a suas várias nacionalidades, e durante um período até mesmo Kossovo desfrutou de certo grau de autonomia.

Infelizmente, a relativa viabilidade e legitimidade das partes constituintes da antiga Iugoslávia ajudou por si só a tornar o conflito entre duas de suas repúblicas — Sérvia e Croácia — mais vigoroso e violento. Depois das reformas de 1974, promulgadas em parte como resposta ao reformismo nacional croata, a vida política e o poder público foram cada vez mais canalizados e concentrados no governo da República — fragilizando cada vez mais fracos os laços entrecruzados e os poderes federativos. À medida que a autoridade central se estiolava, o processo político fazia emergir programas nacionalistas rivais. A democracia e o nacionalismo cresceram juntos, mas em um espaço restrito e estratificado. O poder decrépito da burocracia federal era forte o suficiente para inibir ou eliminar o crescimento de forças democráticas inter-republicanas, mas fraco demais para conter as forças populares nacionais nas repúblicas. As reformas de 1974 permitiram que redes de comunicação baseadas nas repúblicas substituíssem as estruturas federais por meio das quais, por exemplo, cada centro republicano se encarregava, sucessivamente, de apresentar o principal noticiário noturno de TV. Na Espanha, a transição pacífica pós-Franco foi ajudada pelo fato de que os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais de esquerda se desenvolveram em uma base que atravessava nacionalidades e em aliança com o reformismo democrático nacional na Catalunha e no país

(1) Ustashe e *chetniks*: designações dos combatentes croatas e sérvios, respectivamente, no violento conflito em que se enfrentaram na II Guerra Mundial. O primeiro congregava milícias que encarnavam um nacionalismo croata extremista e fascista, vinculadas ao estado croata fantoche da ocupação nazista. Perpetraram massacres violentos contra sérvios, judeus, ciganos etc. Os *chetniks* lutaram contra a ocupação, ao lado dos *partisans*, mas eram fiéis ao rei Pedro, refugiado em Londres (N. T.).

basco e o regionalismo na Andaluzia. O notável crescimento da economia espanhola na década e meia seguinte a 1977, impulsionando a Espanha para as fileiras dos países avançados, deve ter ajudado a química do federalismo, sejam quais forem os problemas e injustiças sociais que possa ter legado à década de 90. O federalismo da Iugoslávia na década de 80 foi assolado pela dupla praga do autoritarismo e do fracasso econômico.

A atração do Ocidente

Slavoj Zizek escreveu sobre a tendência daqueles que vivem na região a traçar uma linha ao sul para delimitar onde termina a Europa e começa o atraso balcânico, de modo que os austríacos olham de cima para os eslovenos, os eslovenos para os croatas, os croatas para os sérvios, os sérvios para os bósnios, albaneses ou macedônios. Zizek observa que tais presunções agora desabrocham em um contexto altamente específico: "O que está em jogo nos estados pós-socialistas contemporâneos é a luta por um lugar próprio: quem será admitido — integrado à ordem capitalista desenvolvida — e quem permanecerá excluído"².

Muitos eslovenos e croatas foram seduzidos pela idéia de que poderiam simplesmente se juntar ao Ocidente avançado, com sua invejável prosperidade e liberalidade, deixando que seus ex-compatriotas campestres, mais atrasados, alcançasse seu próprio nível. Somos lembrados com frequência de que a Iugoslávia era fragmentada por linhas de divisão tão antigas quanto as existentes entre o império romano do Ocidente e o do Oriente, ou entre os Habsburgo e os otomanos, ou as Igrejas católica e ortodoxa —, todas elas separando os croatas e os sérvios, apesar de sua língua comum. Embora esses legados devam certamente ter grande significado, também é verdade que a Iugoslávia se colocava na diagonal do abismo moderno que separa o mundo avançado e o empobrecido mundo em desenvolvimento. A Croácia e a Eslovênia desfrutaram de uma prosperidade maior do que a do resto da Federação e se beneficiaram muito mais com o *boom* turístico. A Sérvia, por sua vez, estava em uma precária posição intermediária, com a Macedônia e Kosovo muito atrás³.

Nenhum outro estado comunista era tão intimamente familiarizado com os estilos de vida ocidentais quanto a Iugoslávia. O fluxo de turistas e a imigração de trabalhadores ajudaram a dramatizar as deficiências de uma ordem econômica em que o PIB médio ainda era menos de um quinto do da Europa ocidental. Embora aqueles iugoslavos que consumiam o sonho ocidental não possam ser isentados de responsabilidade por seus atos, é verdade, não obstante, que o Ocidente, a Comunidade Européia e as organizações financeiras internacionais se comportaram de modo desastroso. Na década de 80, impuseram cronogramas de pagamento e políticas de austeridade punitivos que levaram o país, à exceção dos enclaves costeiros, à beira do colapso econômico. Na década de 90, estimularam veladamente

(2) Zizek, Slavoj. "Ethnic danse macabre". *The Guardian*, 22/08/92. Embora Zizek seja perspicaz com relação às motivações eslovenas, sua interpretação da política ocidental é questionável, pois ele parece acreditar que o Ocidente sustentou veladamente Milosevic o tempo todo. A relutância dos governos ocidentais a enviar suas tropas contra a Sérvia representou um cálculo do quão extremamente difícil e custosa seria uma expedição desse tipo. É verdade que eles poderiam ter patrocinado com maior antecedência e vigor sanções contra Belgrado, mas é igualmente verdade que os círculos direitistas democrata-cristãos na Alemanha ofereceram desde logo estímulo aos nacionalistas eslovenos e croatas e que o governo alemão concedeu reconhecimento às suas declarações de independência, levando a uma decisão de reconhecimento geral por parte da Europa em janeiro de 1992.

(3) Tomando a média iugoslava como 100, o produto *per capita* da Eslovênia era 208, o da Croácia 128, o da Sérvia 101, o de Montenegro 74, o da Macedônia 64 e o de Kosovo 27. Cf. Hashi, Iraj. "The disintegration of Yugoslavia". *Capital and Class*, nº 48, 1992, pp. 41-88, p. 63. Em 1989, o desemprego era de 3,4% na Eslovênia, 8,6% na Croácia, 18,3% na Sérvia, 28,3% na Macedônia e 58,3% em Kosovo (p. 65). Os próprios números da Croácia escondem disparidades regionais, pois a costa e as regiões ao norte, perto da Eslovênia, são muito mais ricas do que as que fazem fronteira com a Sérvia ou a maior parte da Bósnia. Hashi mostra que as desigualdades entre as repúblicas e entre as regiões pioraram na década de 80.

forças fissíparas e deixaram de adotar sanções severas contra a truculência e o militarismo sérvios. A corajosa tentativa feita pelo último governo da antiga Iugoslávia, o de Ante Markovic, de assegurar um federalismo democrático foi sabotada por medidas financeiras que o deixaram, no final de 1990, sem condições de pagar os salários de seus soldados. O desastroso fracasso do Ocidente em dar um apoio econômico generoso a Markovic foi provocado em parte por avareza, em parte por anticomunismo — sabia-se muito bem que a Liga dos Comunistas continuava a ser uma força entre os quadros dirigentes iugoslavos.

A comunidade internacional não desejava abandonar a Iugoslávia, já que via as autoridades federais tanto como uma garantia para dívidas que totalizavam US\$ 20 bilhões quanto como a melhor alavanca para remodelar sua sociedade e sua economia. Mas, ao obrigar o governo federal a adotar a austeridade e o *laissez-faire*, destruiu sua credibilidade e enfraqueceu sua autoridade sobre as forças armadas. Sob pressão do Ocidente, o regime federal foi obrigado a aplicar algo como um quinto das receitas totais do país para servir sua dívida internacional. Os salários reais caíram 40% entre 1978 e 1983 e oscilaram nesse patamar pelo resto da década. E como o desemprego se mantinha em um terço ou mais da força de trabalho, aqueles que recebiam esses baixos salários eram comparativamente afortunados. Um setor da classe média, especialmente aquele com ligações no exterior ou contatos oficiais, continuou a imitar os padrões de consumo de seus correspondentes no Ocidente.

Em seu *Relatório* de 1990, o Banco Mundial tratou da questão assim:

Medidas de redução de demanda, combinadas com tentativas interrompidas de reduzir subsídios, levaram ao declínio dos salários urbanos reais nos dois países [Polônia e Iugoslávia] e ao aumento do desemprego na Iugoslávia [...]. A pobreza urbana cresceu substancialmente. Embora a reforma já estivesse em andamento em alguns países europeus orientais na década de 80, medidas muito mais radicais estão sendo implementadas na década de 90. Esses passos provavelmente pressionarão ainda mais os trabalhadores urbanos. Será necessário um corte substancial do emprego no setor estatal [...]. Os subsídios são um dos principais problemas; eles eram de 14% do PIB na Polônia em 1988, 12% na Hungria e 9% na Iugoslávia. A tarefa é evidentemente imensa. Mesmo assim, o princípio de uma ação eficaz e antecipada sobre os fundamentos da política, acompanhado de medidas para aliviar o consumo, também se aplica aqui⁴.

(4) World Bank Development Report 1990, p. 108.

Expressões brandas sobre medidas para reduzir a demanda, como corte do emprego, desmontagem dos subsídios, moderação do consumo e assim por diante, de fato significavam miséria social generalizada. A Iugoslávia era então um país semi-avançado, e a maioria de sua população,

dependente de processos econômicos complexos. Em seu *Relatório* de 1991, o FMI, recorrendo menos a eufemismos, também louvava as políticas de estabilização das autoridades federais iugoslavas. Apenas um problema sério estragava sua "animadora" realização — o fato de que, ao implementar os planos do FMI tão fielmente, elas haviam destruído a federação.

A irresponsabilidade do FMI não pode justificar as políticas demagógicas e expansionistas adotadas pelas elites políticas dominantes das repúblicas, sobretudo a da Sérvia. Se o próprio governo federal tivesse repudiado suas dívidas, teria ensejado sanções punitivas contra seu comércio e a suspensão de projetos como a auto-estrada para Belgrado. Não obstante, talvez pudesse ter feito mais para resistir à pressão desastrosa da comunidade financeira internacional. Na verdade, a legitimidade do governo central foi terrivelmente enfraquecida pelas políticas que ele teve de impor. A desigualdade regional piorou e na Eslovênia, na Croácia e na Sérvia foi estimulada uma opinião pública que em cada caso via sua própria república como injustamente sobrecarregada. Os sérvios se viam como um mercado cativo para os bens eslovenos e viam seus impostos indo embora para pagar o desenvolvimento das regiões e repúblicas mais pobres. Na verdade, a Sérvia se deu conta de que estava dando uma contribuição, em termos absolutos, maior do que a da Eslovênia ou a da Croácia ao fundo de desenvolvimento das regiões mais pobres⁵. A constituição social da Iugoslávia obviamente nutria paixões desintegradoras que o estado federal não podia conter.

(5) Hashi, Iraj, op. cit. Ver também: Udovicki, Jasminka. "Yugoslavia's war without end". *Radical America*, vol. 24, nº 3 1993.

A lógica da desintegração

Nas décadas de 50 e 60 o "socialismo autogerido" da Iugoslávia ganhou um respeito generalizado na esquerda. Naquela época o "modelo iugoslavo" era associado a realizações econômicas consideráveis e algumas concessões modestas ao pluralismo cultural. Mas os críticos de esquerda sempre advertiram que o modelo de "autogestão" tinha dois defeitos sérios. Primeiro, na ausência de democracia política, ele poderia ser desnaturado e manipulado pelo governo de partido único em cada república. Segundo, poderia estimular um certo egoísmo de cada coletivo de trabalhadores; mostrou-se até que níveis crescentes de desemprego e de desigualdade poderiam resultar desse corporativismo inconsciente. É claro que essas duas deficiências poderiam alimentar-se mutuamente. E seriam também agravadas por mercados que eram difíceis de regular, porque às autoridades federais faltava legitimidade democrática suficiente, e pela circunstância de que a única forma de pluralismo político permitida, dentro de certos limites, resumia-se a facções republicanas (normalmente nacionais) do partido dominante. As reformas constitucionais de 1974 reforçaram o poder das repúblicas exatamente no momento em que as palavras de ordem do antifascismo da época da guerra, do anti-stalinismo da década de 50 e do

socialismo autogerido estavam começando a perder força como componentes efetivos de um imaginário coletivo capaz de conduzir a Iugoslávia a um futuro melhor. Instalou-se uma lógica fatal de desintegração. Gradualmente, houve um processo de descentralização competitiva. As elites econômicas construíram nichos para si; as elites nacionais republicanas seguiram o exemplo no nível político. Finalmente, gangues militares concorrentes entraram na briga, com diferentes milícias políticas e exércitos republicanos. Cada elite buscou atrair seus próprios seguidores, freqüentemente disputando a condição de autênticos representantes da nação. Em fases sucessivas, o empreendimento "autogerido", o governo republicano e as milícias étnicas se tornaram veículos de acumulação primitiva predatória.

Se estivermos procurando o homem cuja demagogia temerária detonou a tragédia, então Slobodan Milosevic satisfaz plenamente os requisitos. Ele estimulou os ressentimentos sérvios a assumirem uma forma profundamente chauvinista. Sob sua liderança o governo sérvio embarcou em uma política de opressão brutal e expansionismo que estava fadada a levar, se não fosse contida, à sanguinária balcanização da Iugoslávia⁶. De início, os albaneses de Kossovo foram as principais vítimas. Os líderes eslovenos e croatas estavam inclinados a dar aos chauvinistas sérvios uma carta branca em Kossovo enquanto sua própria autonomia fosse respeitada ou aumentada. Pelo menos, essa parece a única forma de explicar por que os representantes eslovenos e croatas permitiram que os direitos do povo de Kossovo fossem pisoteados. As instituições federais e partidárias propiciaram às autoridades eslovenas e croatas várias oportunidades de impedir a tomada de Kossovo pelos sérvios — e a intimidação da Voivodínia —, mas nenhuma delas foi aproveitada. Em março de 1989 foi emitida uma *Declaração* em Liubliana que denunciava a política sérvia em relação a Kossovo. Ela obteve um avassalador apoio público e orientou a atividade dos representantes eslovenos nas reuniões da Liga de Comunistas Iugoslavos, até que eles se retiraram em janeiro de 1990. Mas, para dizer o mínimo, não está claro como a retirada eslovena possa ter ajudado os albaneses de Kossovo. Quando os reformistas comunistas foram postos de lado pelos liberais e nacionalistas, toda a questão da defesa da democracia na Iugoslávia foi substituída pela luta pela secessão.

Se Milosevic foi o principal culpado, os líderes eslovenos e croatas foram seus cúmplices. Os comunistas eslovenos e croatas tendiam a fazer concessões a Milosevic, enquanto seus rivais nacionalistas preferiam uma retirada que lhe daria carta branca. Os eslovenos, e num sentido mais restrito os croatas, tinham um argumento a favor da independência, derivado simplesmente do direito de autodeterminação nacional e da evidência da vontade popular. Mas nós sabemos agora que seu modo peculiar de enfrentar a demagogia chauvinista de Milosevic levou a um conflito comunal assassino. Os líderes eslovenos optaram por uma política de "salve-se quem puder" que infligiu danos terríveis a seus vizinhos. Antes da secessão, os governos esloveno e croata desfrutavam de grande dose de autonomia e padeciam pouco sob o jugo sérvio, situação oposta ao caso de

(6) Magas, Branka. "The balkanization of Yugoslavia". *New Left Review*, nº 174, mar./abr. 1989, pp. 3-32.

Kosovo. Eles poderiam ter continuado a buscar mais autonomia dentro da Federação ao mesmo tempo que trabalhassem para substituir Milosevic — em aliança com aqueles sérvios dispostos a se opor ao demagogo nacional. Por outro lado, certamente deveriam saber quão frágil era o estado das relações étnicas à luz de toda a história e desenvolvimento do país — mais particularmente, em vista do massacre em massa da II Guerra Mundial e do sentimento de insegurança e aflição dos sérvios.

Democracia e autodeterminação

Os sérvios da Sérvia dificilmente abandonariam suas ilusões chauvinistas se deixados à sua própria miséria econômica. E os sérvios da Croácia estavam fadados a se sentir excessivamente vulneráveis mesmo que o governo croata estivesse disposto a lhes oferecer garantias plenas como minoria nacional. Na verdade, sem esses direitos, com as Forças Armadas Croatas, inspiradas no Ustashe (os fascistas croatas), se armando e agitando abertamente, e com a figura perturbadora do obtuso e intolerante nacionalista croata Franjo Tudjman como presidente do novo Estado, era improvável que os sérvios minoritários da Croácia se tornassem cidadãos leais. Tudjman era, afinal, conhecido por sua tentativa de negar a mortandade em massa levada a cabo pelo Ustashe nos anos de guerra. De um dia para o outro, os sérvios da Croácia tinham se tornado cidadãos de segunda classe — ou pior — no que eles pensavam que era seu próprio país. Um dos primeiros atos de Tudjman foi expurgar os cidadãos croatas de ascendência sérvia da polícia e da administração civil⁷. Os temores e o destino desses sérvios só podiam alimentar o chauvinismo sérvio.

(7) Ver: Glenny, Misha. *The fall of Yugoslavia*. Londres, 1992.

Do mesmo modo como os eslovenos deveriam ter ponderado as implicações de sua ação para outras repúblicas, também deveriam tê-lo feito os líderes croatas. A doutrina de um estado étnico enunciada pelas novas autoridades de Zagreb era tão ameaçadora para as minorias croatas de outros lugares — acima de tudo da Voivodínia e da Bósnia-Herzegovina — como para os sérvios da Croácia, cerca de 12% da população, e outras minorias, o que levou toda a população não-croata de um estado autodenominado "a terra dos croatas" a cerca de 24%. Tudjman supunha que a ameaça de uma "Grande Sérvia" podia ser usada para apresentar o projeto de uma "Grande Croácia". O presidente croata iniciou discussões com Milosevic em dezembro de 1991 destinadas à divisão da Bósnia-Herzegovina entre forças sérvias e croatas. Dessa vez as principais vítimas seriam os muçulmanos da Bósnia-Herzegovina, embora, mais uma vez, muitos croatas e sérvios tenham também sofrido, quer vivessem ou não no lugar "certo".

Se não fosse pelas implicações desastrosas para o delicado equilíbrio da Federação iugoslava como um todo, os eslovenos certamente teriam razão para exercer seu direito de autodeterminação. O exercício croata do direito de autodeterminação deveria ter sido, em maior medida, condiciona-

do por sua própria disposição de reconhecer e garantir direitos das minorias. Alterações de fronteiras só devem ser sustentadas quando feitas de comum acordo ou quando ofereçam as melhores perspectivas de aliviar a opressão nacional. Essas considerações se aplicam, com uma restrição, às fronteiras internas — a restrição sendo a de que uma mudança no *status* de uma fronteira pode ser quase tão delicada como uma mudança de sua posição. Tentativas de fazer as fronteiras coincidirem com o povoamento étnico estão sempre fadadas a conter um elemento arbitrário, e na ex-Iugoslávia mais do que em qualquer outro lugar. Onde qualquer fronteira é arbitrária, uma que realmente exista e seja sancionada por várias décadas de desenvolvimento é melhor que nenhuma. No mundo colonial anterior se reconhecia amplamente que as fronteiras existentes deveriam ser respeitadas, mesmo quando derivadas dos poderes coloniais. Um princípio muito semelhante se aplica à ex-URSS.

Agora a Federação iugoslava acabou, embora seja louvada em alguns cantos do país e provavelmente se torne um objeto de nostalgia. As repúblicas da antiga Federação tinham direito à autodeterminação, como Kosovo tem. Na medida em que leva a massa do povo para a vida política, o nacionalismo tem um conteúdo democrático poderoso, assim como inclinações absolutistas e intolerantes — o problema é que esses dois impulsos são tão frequentemente combinados quanto separados. Mas neste mundo contemporâneo o conteúdo democrático do direito de um povo à soberania se torna consistente e coerente na medida em que respeite os direitos das minorias e esteja disposto a tolerar um grau de cooperação e supervisão supranacional. No caso de algumas ex-repúblicas da Iugoslávia, é improvável que sustentem a independência a menos que estejam preparadas para fazer concessões significativas umas às outras e estabeleçam acordos internacionais com esse objetivo.

O problemático caminho da Bósnia para a independência

Depois dos choques sangüinários de 1991, as repúblicas e províncias iugoslavas remanescentes enfrentaram um terrível apuro. A Bósnia-Herzegovina e a Macedônia declararam independência em fevereiro de 1992, quando ficou claro que a antiga Federação se desintegrara. No caso da Bósnia-Herzegovina a declaração de independência só veio depois que as forças sérvias autônomas, com a conivência do exército iugoslavo, tinham começado a se apossar de partes do território da república. Em uma situação terrivelmente difícil, o novo presidente da Bósnia-Herzegovina, Izetbegović, optou pela independência esperando apoio internacional — e na expectativa da ajuda croata. Um referendo deu sustentação à declaração, apesar de a grande maioria dos sérvios bósnios ter se negado a participar e de seus líderes eleitos terem estabelecido sua própria assembléia separatista. A realização do referendo violou uma regra amplamente reconhecida da

vida política na Bósnia-Herzegovina: a de que a alteração da Constituição da República exigia o apoio de todas as três principais comunidades étnicas⁸. Izetbegovic não é um "fundamentalista muçulmano", o que quer que isso signifique, mas tem responsabilidade por estar entre os primeiros em sua república a basear a organização política em identidades étnico-religiosas. O presidente Izetbegovic e os vários membros de seu governo foram, é claro, cortejados assiduamente por diplomatas ocidentais; eles se viam aparecendo favoravelmente no cenário internacional e contavam com uma aliança com a Croácia. No fim a ajuda internacional foi lamentavelmente pequena, enquanto a aliança croata cobrou um alto preço. Izetbegovic insistiu convincentemente no caráter secular de seu governo, mas logo perdeu seus principais aliados sérvios e ortodoxos. A despeito da declaração de independência, grande parte da Bósnia-Herzegovina permaneceu à mercê das forças sérvias — carentes de disciplina e de humanidade, mas não de armas — e de aliados croatas infiéis que logo estavam construindo seu próprio microestado. Na verdade, a Bósnia-Herzegovina, fossem quais fossem as declarações de seus líderes, só poderia ser verdadeiramente independente se seus próprios sérvios e croatas estivessem preparados para endossar o fato e se este fosse aceito pelas autoridades de Belgrado e Zagreb. A antiga Iugoslávia federal tinha sido capaz de oferecer e garantir um *status* republicano viável à Bósnia-Herzegovina; para sobreviver como uma entidade independente ela precisava de um acordo confederal entre a Sérvia e a Croácia.

A declaração de independência bósnia se baseou na visão de que a intervenção da "comunidade internacional" — ou seja, os governos das potências ocidentais — era não só desejável como provável. Toda a política subsequente do governo e das forças da Bósnia-Herzegovina parece ter-se voltado para o objetivo de assegurar a intervenção militar externa. No modo como se conduziram frente aos patrocinadores internacionais, os líderes da Bósnia-Herzegovina estavam seguindo os exemplos da Eslovênia e da Croácia, que haviam recebido apoio da Alemanha e da Áustria, e dos militares sérvios, com suas ligações com a Rússia. Esse padrão moderno tem algumas características comuns com aquele observado por Trotsky na época das guerras balcânicas de 1912-14, segundo o qual "os revolucionários nacionais, diferentemente dos revolucionários sociais, sempre buscam vincular suas operações conspiratórias às atividades de dinastias e diplomatas"⁹. Trotsky acreditava que os cálculos diplomáticos dos revolucionários nacionais funcionavam como um substituto da tentativa de construir uma maioria popular que, cruzando as linhagens étnicas, poderia abranger os "turcos" (muçulmanos) bem como os sérvios ou macedônios. Na Bósnia-Herzegovina em 1992, como na Croácia em 1991, pensava-se que as esperanças postas no patrocínio ocidental tornavam redundante a necessidade de buscar o consentimento das minorias sérvias.

As forças sérvias remanescentes na Bósnia-Herzegovina herdaram um formidável arsenal do exército iugoslavo, quando suas estruturas de comando foram formalmente desmontadas. Os comandantes sérvios dis-

(8) Ver: Glenney, Misha. "What is to be done?". *New York Review of Books*, nº 27, maio de 1993.

(9) Trotsky, Leon. *The Balkan wars, 1912-13*. Nova York, 1991, pp. 234-5.

punham de pelo menos 60 mil soldados regulares bem-armados e muitos milhares de milicianos. A maioria desses soldados sérvios eram nativos da Bósnia; em qualquer confrontação militar face a face eles se veriam lutando por sua própria terra natal. Permanecia, contudo, o fato de que as forças sérvias bósnias ainda dependiam do apoio político e logístico das autoridades de Belgrado. Periodicamente, seus números foram aumentados por formações militares e paramilitares sérvias de outras regiões. Glenny relatou que um encontro entre Milosevic e Tudjman em 1991 havia acordado os princípios gerais de uma divisão da nova república entre eles¹⁰. Na Krajina foi observado um cessar-fogo durante a maior parte de 1992, enquanto na Bósnia-Herzegovina o conflito entre sérvios e croatas era localizado e não generalizado. O governo de Sarajevo ainda parecia, não obstante, acreditar na aliança com os croatas e na possível chegada de ajuda internacional. A opção pela independência desestimulou qualquer busca de aliados entre forças oposicionistas na Sérvia e no que restava da antiga Federação.

Um modo particularmente inútil e enganoso de avaliar o conflito na ex-Iugoslávia é rotular de fascista um ou outro dos principais estados contendores. Uma verdade lamentável é que quando essas repúblicas abandonaram seus compromissos políticos passados a agitação neofascista ganhou terreno. Mas, apesar da notória adoção pela Sérvia do expansionismo territorial e da "limpeza étnica", a vida política da Sérvia propriamente dita — ou seja, excluindo Kosovo e a Voivodínia — contemplou eleições e mobilização de movimentos oposicionistas. Certamente, já deveríamos estar acostumados ao fato de que os governos eleitos de modo mais ou menos democrático podem se comportar de formas inomináveis — especialmente quando se trata de sujeitar povos. Afinal, a história do Reino Unido ou dos Estados Unidos tem seus próprios episódios detestáveis de demência democrática. Em uma escala mais modesta, o estado croata também buscou se expandir à custa da Bósnia-Herzegovina, e suas políticas em relação aos sérvios croatas ajudaram a expulsar centenas de milhares de pessoas de suas casas. Na Bósnia-Herzegovina, a presença das Forças Armadas Croatas, abertamente fascistas, estava atemorizando os sérvios bósnios desde o início. Em várias ocasiões desde outubro de 1992, as forças croatas da Bósnia-Herzegovina visaram aos muçulmanos; a "limpeza étnica" que realizaram na região que controlam ajudou a aumentar a vaga de refugiados muçulmanos. Mas todo esse comportamento vergonhoso não torna a Croácia um estado fascista. Tudjman é um líder eleito e, ainda que relutantemente, permite que exista alguma oposição. Enquanto restarem oportunidades significativas para o desenvolvimento de movimentos de oposição nesses países, não faz sentido chamá-los de fascistas, embora seus governos sejam certamente brutais e cruéis. A palavra "fascismo" é realmente uma tentativa de forçar nossa mão e nos obrigar a buscar alguma intervenção militar externa.

A limpeza étnica procurou transformar os microestados sérvio e croata na Bósnia-Herzegovina em enclaves homogêneos, mas foi sempre evidente

(10) Glenny, Misha. "Yugoslavia: the revenger's tragedy". *New York Review of Books*, 13/08/92.

que eles não seriam auto-suficientes e não poderiam sobreviver sem seus patrocinadores em Belgrado e Zagreb. Havia também muitas evidências de que o Exército Popular da Iugoslávia e o Exército Croata controlavam a logística das forças irregulares que agiam na Bósnia-Herzegovina. A guerra na Bósnia-Herzegovina não começou até que fosse declarada a trégua entre a Croácia e a Sérvia. Desde o início sua lógica real foi a de uma divisão da Bósnia-Herzegovina entre os interesses de uma Grande Sérvia e uma Grande Croácia.

A Bósnia-Herzegovina existiu como uma espécie de entidade política durante mil anos, mas foi sempre uma colcha de retalhos. No último censo, os bósnios muçulmanos representavam cerca de 44% da população da Bósnia-Herzegovina, os sérvios ortodoxos 33%, os croatas católicos 17% e o restante era de outras nacionalidades (albaneses, ciganos, judeus e mestiços). Essas comunidades não estavam distribuídas em zonas distintas mas eram mescladas, sendo os muçulmanos super-representados nas cidades e escassos na maior parte do campo. Além do mais, cada uma das comunidades bósnias tinha algum acesso a armas e treinamento. A ex-Iugoslávia dava muita importância à defesa popular descentralizada, e a Bósnia-Herzegovina era um de seus principais redutos. Nessas circunstâncias, a divisão ameaçava ser um processo cruel, arbitrário e sangüinário. Os camponeses sérvios e croatas, de onde saíam principalmente os bandos militares, não tinham qualquer apreço pelos habitantes da cidade.

Se a declaração de independência não recebeu nenhuma sanção dos sérvios bósnios, o desenrolar subsequente da lógica da divisão e do conflito étnico interpôs uma cunha entre a maioria dos muçulmanos bósnios e a maioria dos croatas bósnios. Deve-se creditar ao governo bósnio o fato de que não há nenhum sérvio ou croata em cargos oficiais ou servindo em algumas de suas unidades militares. Mas seria possível dizer que Izetbegovic era o verdadeiro representante dos sérvios ou dos croatas bósnios em março de 1992, ou outubro de 1992, ou março de 1993? Infelizmente, Izetbegovic e seu governo só mereciam crédito como representantes dos muçulmanos, que constituem uma minoria da população, ainda que grande. A longo prazo, um estado que não seja sustentado pela maioria da população não será viável. Certamente, a menos que houvesse uma desmilitarização abrangente do campo na Bósnia, seria impossível saber o que a maioria da população queria. Mas o governo de Izetbegovic não podia ser ele mesmo o instrumento para produzir essa desmilitarização, pois logo se tornaria uma das partes contendoras em um conflito étnico-religioso de três vias.

Se não fosse pela complexidade inerente à Bósnia-Herzegovina e pelas grosseiras intromissões e intimidações praticadas pelos sérvios e croatas, teria havido, e há, um argumento em favor da simples aceitação da lógica da divisão. A Bósnia-Herzegovina de ontem e de mil anos de história estava garantida por estados centrais com pouco ou nenhum caráter democrático. Neal Ascherson argumentou que na Europa pós-comunista as "antigas divisões de religião, língua e raça" definem inelutavelmente as aspirações populares de autogoverno:

Quando perguntaram a Radovan Karadzic por que ele estava substituindo a tolerância multiétnica pelo nacionalismo, ele pôs seu dedo odioso na ferida: "As pessoas não precisam mais viver dessa maneira; nós temos liberdade de escolha" [...]. A dura verdade é que, se nós quisermos reduzir a miséria humana, teremos de ajudar os nacionalistas a se separarem pacificamente e não forçá-los a ficar juntos"¹¹.

(11) Ascherson, Neal. "Better peaceful separation than enforced tolerance". *The Independent on Sunday*, nº 16, maio de 1993.

No caso específico da Bósnia-Herzegovina, o ímpeto para a fragmentação étnico-religiosa extraiu muito de sua virulência da guerra servo-croata mais geral e da destruição de um contexto federal que era basicamente *aceito* pela população da república. As eleições de dezembro de 1990 testemunharam uma vitória dos partidos nacionalistas, que juntos obtiveram três quartos dos votos. Mas, de início, os partidos nacionalistas sérvios, croatas e muçulmanos mantiveram a identidade da Bósnia-Herzegovina e juntos formaram um governo de coalizão, congratulando-se por sua vitória sobre os comunistas e dividindo os cargos de governo. Além disso, cerca de um quarto do eleitorado de então apoiava partidos que se definiam em termos iugoslavos. Ainda havia portanto um nacionalismo e uma identidade bósnios e iugoslavos frágeis, abrangendo e contendo as identidades étnico-religiosas mais específicas. Mesmo os partidos nacionais mostravam consciência de que o separatismo iria significar miséria para todos, já que o princípio de nacionalidade não era capaz de indicar quais deveriam ser as novas fronteiras. Os eventos decisivos para acabar com a disposição de respeitar as estruturas da Bósnia-Herzegovina não foram as eleições de 1990, mas a disseminação das hostilidades servo-croatas quase um ano mais tarde, o reconhecimento internacional da independência croata e o referendo sobre a independência da Bósnia-Herzegovina em desafio à oposição dos representantes eleitos dos sérvios bósnios. À medida que o estado se despedaçava, a solidariedade étnico-religiosa oferecia o poder de atração para a organização militar, especialmente nas áreas rurais. Bandos militares étnico-religiosos concorrentes têm um potencial terrível para criar antagonismo comunal, que é seu sangue vital, simplesmente por adotar um padrão sistemático duplo, favorecendo certas identidades ao mesmo tempo que perseguem outras. Consequentemente, aqueles com uma identidade católica e croata "dada" logo descobrem que eles e seus filhos só estão realmente seguros onde há criminosos do Conselho de Defesa Croata ou das Forças Armadas Croatas para protegê-los, mesmo que eles sintam aversão pelo Ustashe, possuam visões veementemente ateístas, tenham primos sérvios ortodoxos e louvem as marcas bósnias características de uma civilização híbrida, parcialmente islâmica. Da mesma forma, os jovens com uma identidade muçulmana "dada" descobrem que não podem se tornar verdadeiros membros das Forças Armadas Croatas, por mais fervorosamente que façam a saudação "Heil Hitler!" de Pavlovic. A descoberta da identidade numa situação como essa não é uma espécie de eleição espiritual pura, nem o afloramento de

uma essência interior, mas antes a assunção de uma marca social imposta, policiada pelo medo e a repressão implacáveis.

É claro que todos os estados nacionais existentes — sem a exceção sequer da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos — foram formados mediante o uso desses métodos nas regiões de fronteira e em litígio. Na medida em que houve um relaxamento dos critérios étnico-religiosos para a cidadania, foi produto da pressão exercida pelos movimentos liberais, socialistas, anticoloniais e em defesa dos direitos civis, que conseguiram estabelecer alguns princípios seculares e multiétnicos que, embora precária e formalmente, começaram a vincular cidadania a residência. Não há qualquer boa razão para que cada nova nação deva recapitular as barbaridades dos estados-nações estabelecidos há muito tempo, especialmente onde, como no caso da ex-Iugoslávia, elas também têm tradições seculares e democráticas que podem ser mobilizadas contra o identitarismo. É notável que o banho de sangue mais intenso na ex-Iugoslávia tenha ocorrido entre os grupos étnico-linguísticos mais próximos entre si. Sérvios, croatas e muçulmanos falam praticamente a mesma língua e representam misturas raciais sobrepostas. Todavia, a religião e a história separam essas comunidades e as enredam numa armadilha identitária. O terreno das identificações religiosas tende a ser generalista porque está ligado àquelas experiências universais como o nascimento e a morte. Pode ajudar a restringir e enfraquecer a posse da identidade nacional, reduzindo a tentação de conceber esta última em termos totalitários onde ela não coincidir com aquele terreno. Mas onde a religião e a nacionalidade operam segundo as mesmas fronteiras, a ilusão de uma auto-identidade total e exclusiva é sustentada mais facilmente, como mostram muitos dos regimes comunais mais duradouros (Ulster, Israel, Chipre, Paquistão). Na ex-Iugoslávia há duas tradições que potencialmente contradizem identidades confessionais particularistas — o comunismo e o anticomunismo liberal —, mas, por razões evidentes, não tem sido fácil negociar uma aliança entre elas.

Estratégias de intervenção

Desde o início, os governos europeus e dos Estados Unidos fizeram várias tentativas de patrocinar um acordo negociado entre as diferentes forças políticas da Bósnia-Herzegovina. Uma vez que a batalha foi iniciada, um acordo entre as comunidades em guerra estava fadado a levar tempo e jamais poderia ser alcançado ignorando as lideranças políticas existentes. A partir do verão de 1992, as lideranças políticas dos muçulmanos, sérvios e croatas bósnios foram levadas a negociar entre si, e de tempos em tempos parecia que seria possível chegar a um acordo. O governo de Izetbegovic estava correto ao recuar em sua posição de não negociar com os líderes efetivos dos sérvios e croatas bósnios. E os mediadores dos Estados Unidos e da Comunidade Européia tinham razão ao pedir que Milosevic e Tudjman

também demonstrassem apoio aos acordos alcançados. As fronteiras internas propostas pelos mediadores nunca foram aceitas e estimularam as ocupações de terra. Mas, pelo menos, foi mantido o princípio de um estado federal da Bósnia-Herzegovina, garantido por seus vizinhos. Os direitos das minorias dentro de cada província foram mencionados, mas apenas formalmente, sem nenhuma medida que garantisse sua aplicação. Da mesma forma, os líderes civis de cada lado negaram e condenaram as deportações forçadas, os estupros em massa e coisas semelhantes. Por mais vazias que fossem essas declarações, elas poderiam ter fornecido a base para tentativas subsequentes de garantir os direitos humanos e, posteriormente, o retorno dos refugiados, se as forças de paz da ONU tivessem poder para implementá-las. É claro que as formações militares sérvias ou croatas, tanto as oficiais como as autônomas, não se esforçaram para desobedecer aos princípios proclamados em Genebra, Nova York e Atenas. Os acordos aí feitos, no entanto, não importam seus defeitos, ofereceram uma maneira de amenizar, e mesmo pacificar, o conflito entre as diferentes comunidades em guerra. O problema-chave dizia respeito à implementação e não ao conteúdo dos acordos tramados por Owen e Vance¹². A ONU havia estabelecido forças de paz e humanitárias na Bósnia-Herzegovina, e em primeira instância eram essas forças que teriam de assegurar a obediência ao acordo, buscando isolar ao máximo aqueles que estavam propensos a sabotá-lo.

As forças da ONU não eram vistas simplesmente como mais uma força beligerante equivalente às formações do Conselho de Defesa Croata, da Armija ou da Sérvia. Em março de 1993 o general da ONU Philippe Morillon mostrou que a intervenção internacional não precisa ter um caráter militarista. Ao estabelecer seu quartel-general no enclave muçulmano sitiado de Srebrenika, e ao dialogar com ambos os lados, ele conseguiu, pelo menos temporariamente, romper o cerco sérvio. Embora esses sucessos talvez fossem valiosos como parte de uma estratégia de desmilitarização de longo prazo, sem uma estratégia desse tipo simplesmente protegeriam concentrações de refugiados em estado de miséria.

As frustrações geradas pelo processo de paz e o fracasso em encontrar meios eficazes de implementar os acordos levaram a uma demanda clamorosa por uma expedição do tipo "Tempestade no Deserto", não apenas por parte de Margaret Thatcher mas também da opinião liberal dos Estados Unidos e de parte da esquerda. Como candidato e presidente eleito, Clinton parecia simpático a uma política anti-sérvia muito mais vigorosa. Uma intervenção militar em massa atraía todos aqueles que acreditavam haver uma solução pronta disponível, embora raramente explicassem em que ela consistia. Os defensores da intervenção afirmavam com frequência que, se fosse posto à prova, o poder dos expansionistas sérvios iria rapidamente se esmagar. Mas os generais ocidentais, temerosos de baixas, estavam muito cautelosos em comprometer tropas terrestres nessas condições difíceis.

Como havia petróleo no Golfo, o Ocidente montou uma enorme expedição na Arábia Saudita em 1990-91, a qual, alguns esperavam,

(12) Em julho de 1992, uma conferência internacional em Londres organizou o processo de paz sob a co-presidência de C. Vance e de Lord Owen, e rejeitou o plano anterior (o plano "cutilheiro"), que previa a "cantonização" da Bósnia (N. T.).

conseguiria não só expulsar as forças iraquianas do Kuwait mas também Saddam Hussein do poder. Como sabemos, isso não aconteceu. A intervenção ocidental contra Milosevic e os partidários de uma Grande Sérvia deveria ser um outro atalho para derrubar o demagogo sérvio. Mas nem o terreno nem a relação de forças eram sequer remotamente favoráveis à intervenção estrangeira como no caso no Kuwait. Por outro lado, as tragédias dos curdos e os levantes dos árabes Marsh e Sh'ia poderiam se repetir numa escala ainda maior. Um ataque militar ocidental ou da ONU teria provocado imediatamente represálias contra as forças de paz da ONU por toda a região e contra o número significativo de comunidades muçulmanas vulneráveis que restava. Sem dúvida uma intervenção patrocinada pela Otan teria garantido uma cabeça de ponte em Sarajevo e aumentado ligeiramente o número de espaços seguros para os muçulmanos. Mas tudo isso teria exigido cem mil soldados, que teriam pela frente a perspectiva de uma campanha desgastante contra as guerrilhas sérvias, que lutariam em suas próprias colinas e disporiam de boas linhas de suprimento. Qualquer ataque aéreo contra a Sérvia propriamente dita teria aumentado o apoio popular a Milosevic e minado o apoio que os russos emprestavam ao Ocidente. A intervenção militar ocidental teria sido, com toda probabilidade, incapaz de garantir o controle sobre um território maior do que as chamadas "áreas seguras" indicadas na Declaração de Washington de 22 de maio. O que o futuro reservaria a essa zona ocupada pelo Ocidente, sem viabilidade econômica ou lógica política? Por que levar a cabo uma operação militar altamente custosa e arriscada para obter um ganho tão desprezível?

Poucos defensores da intervenção sustentavam que seu objetivo deveria visar ao Conselho de Defesa Croata e seus apoiadores no Exército Croata. Os planos ocidentais de intervenção se baseavam em um emprego de forças da Otan em aliança com forças croatas e o governo da Croácia. Assim como a aliança do Ocidente com a Arábia Saudita pressupunha que este não apoiasse a oposição a Saddam Hussein, o alinhamento com Tudjman e Boban funcionava como um freio na política do Ocidente para a Bósnia. Esses dois políticos foram financiados prodigamente pela diáspora croata ultranacionalista e defendem abertamente a integração da "*Herzeg-Bosne*"¹³ à Croácia. Os sérvios bósnios declararam seu próprio microestado mas não a incorporação à Sérvia. A opinião pública ocidental, tão paralisada pela hiena militar servia, não percebeu o chacal irredentista croata: algumas reportagens televisivas sobre a limpeza dos refugiados muçulmanos de Mostar deram até um jeito de sugerir que também se tratava de obra dos sérvios. Todavia, o alto-comando da Otan sabe o que está fazendo, isto é, promover a Croácia ao papel de aliado regional. E essa meta pode ser buscada sem todos os riscos da intervenção. Decepcionado depois da Declaração de Washington, Izetbegovic se queixou aos repórteres de que a Otan estava mais interessada em garantir uma base adriática em Fiume (o porto croata de Rijeka) do que em salvar a Bósnia. A Croácia nunca esteve sujeita às sanções impostas à Sérvia, a despeito de ter desempenhado um papel nada desprezível na divisão da Bósnia. É claro que uma intervenção

(13) Autoproclamada "Comunidade Croata da *Herzeg-Bosne*" em 3 de julho de 1992, oscilava entre a independência e a incorporação ao estado croata (N. T.).

voltada tanto contra a Sérvia como contra a Croácia teria sido, do ponto de vista logístico, uma virtual impossibilidade. À medida que a Croácia fortalece suas forças armadas, é possível que assistamos à ameaça de uma ofensiva croata sustentada pelo Ocidente contra a Sérvia, mas a restauração da Bósnia-Herzegovina não será um dos objetivos da guerra.

O regime decrépito de Milosevic

Com o abandono ou o adiamento da intervenção, quais são as perspectivas para a oposição interna aos novos e agressivos nacionalismos na Sérvia e na Croácia? Enquanto há sinais de que uma oposição social-democrata está reunindo forças na Croácia, esse não é o caso na Sérvia. O apoio a Milosevic era, se tanto, estimulado pelas ameaças de intervenção, que o ajudaram a vencer as eleições de dezembro de 1992. Enquanto a ameaça de confronto militar aberto era explorada por Milosevic, permitindo-lhe aparecer como o defensor do país que ele enganara tão deploravelmente, as sanções pacíficas à oferta de material bélico e de bens supérfluos poderiam, se efetivamente sustentadas, teriam enfraquecido a máquina de guerra e induzido a elite política a buscar um acordo. A distensão do conflito militar por meio de sanções estratégicas e induções à negociação abriria um espaço no qual as forças de oposição civil poderiam se tornar efetivas. As estruturas tanto da República Sérvia, com suas províncias ocupadas de Kosovo e Voivodínia, como da remanescente Iugoslávia, com um relacionamento atribulado com Montenegro, permanecem politicamente injustificáveis e vulneráveis. A pressão internacional deveria se voltar para assegurar um arranjo democrático em Kosovo e na Voivodínia, assim como para estimular um novo acordo na Bósnia-Herzegovina. Aqueles que argumentam que as sanções são inúteis devem considerar o destino da África do Sul e da União Soviética. As sanções mais eficazes são indubitavelmente aquelas voltadas contra os interesses materiais e o amor-próprio das elites políticas. Em abril de 1993, Milosevic, estimulado em grande parte por um desejo de evitar sanções, concordou com o plano Vance-Owen e pediu que os sérvios bósnios fizessem o mesmo. Avaliações plausíveis de sua mudança de posição apontaram para seu desejo de ver as contas em bancos cipriotas que ele controla descongeladas e, o que talvez seja mais importante, de ser reconhecido pela "comunidade internacional".

A Grande Sérvia que *de facto* existe agora enfrenta grandes problemas de coesão interna e carece de legitimidade internacional. Ela precisa ser estimulada a realizar difíceis atos de descolonização. Os líderes albaneses em Kosovo promoveram vários tipos de resistência cívica, incluindo o estabelecimento de sua própria administração em muitas partes da província. Eles também procuraram estimular e influenciar os opositores de Belgrado. Na área Sandzak, perto da fronteira da Sérvia com Montenegro, uma maioria muçulmana ainda sustenta sua própria região precariamente

autônoma. Em Voivodínia as autoridades sérvias governam uma população mista e amedrontada, com grandes minorias húngaras e croatas. Em Montenegro há um crescente ressentimento com a tutela sérvia e as depredações de forças de estilo *chetnik*. Na própria Sérvia, a oposição obteve 35% dos votos na eleição de dezembro de 1992, a despeito da cobertura hostil da mídia e de muita intimidação. Portanto, a recém-proclamada Federação iugoslava é em si mesma um amálgama difícil e instável, com muitos eleitorados hostis ao projeto ultranacionalista; a Iugoslávia remanescente não inclui, é claro, os autoproclamados microestados sérvios na Bósnia e na Croácia. O governo da Macedônia declarou independência, persuadindo os representantes da minoria albanesa a participar de uma coalizão. A situação nessas áreas é evidentemente muito delicada. Há necessidade de uma coordenação entre todas aquelas forças que possam ser atraídas para um acordo democrático e pacífico naquele grande arco de território agora sujeito à intimidação *chetnik*.

Um acordo democrático na região não poderia excluir o reconhecimento das autoridades civis existentes em Belgrado e Zagreb e dos líderes civis das três principais comunidades étnicas da Bósnia-Herzegovina, por mais odiosas e intolerantes que consideremos suas políticas. A médio e longo prazo temos de esperar que as políticas de Milosevic e Tudjman sejam desacreditadas e derrotadas. Mas, enquanto eles mantiverem um mandato democrático, tentativas de derrubá-los por meio de forças militares externas serão extraordinariamente custosas e improdutivas. Por suas próprias razões, Tudjman busca neutralizar as Forças Armadas Croatas e Milosevic busca conter os *chetniks*. A tarefa de remover Milosevic e Tudjman cabe àqueles que vivem nas áreas que eles governam. Isso não isenta os que estão do lado de fora de pressionar por políticas sustentadas internacionalmente que estimulem e garantam um acordo local, mas é preciso ter cuidado com a idéia de que o "militarismo liberal" ocidental, com seu recurso à força "esmagadora", tenha a solução. A força esmagadora pode causar muita morte e destruição sem realmente esmagar.

"Armar os muçulmanos"?

Muitos daqueles que eram sensíveis às objeções a uma intervenção militar na Bósnia insistiam em que, pelo menos, o embargo militar imposto ao governo bósnio fosse suspenso. Isso implicaria enormes problemas logísticos e políticos. O governo bósnio não dispõe de comunicações seguras com o mundo exterior e tem um controle apenas precário de difíceis trechos de território. As forças croatas não cooperariam, pois sofreriam o aumento do poder de fogo dos muçulmanos bósnios. Por outro lado, se as forças da Otan fossem empregadas para lançar material bélico sobre Sarajevo ou Tuzla, os sérvios teriam tentado atingi-las no ar. Além do mais, uma suspensão do embargo de armas à Bósnia teria provavelmente

estimulado a oferta de armas à Sérvia e à Croácia. Embora as sanções e embargos não constituam uma política auto-suficiente e sejam contraproducentes quando dirigidas contra o consumo popular, fornecem uma restrição aos novos detentores do poder que seria tolice abandonar.

Permanece uma objeção adicional, e decisiva, à política de "armar os muçulmanos", como ficou amplamente conhecida, isto é, a de que o governo bósnio não poderia mais afirmar representar o país como um todo. Izetbegovic talvez seja mais liberal do que Karadzic, mas é um nacionalista muçulmano e não pode ser apresentado como o representante legítimo dos sérvios ou croatas bósnios. Mesmo os mais seculares muçulmanos e "iugoslavos" da Bósnia-Herzegovina, como os influentes social-democratas de Tuzla, sempre tiveram vigorosas reservas em relação a Izetbegovic e ao partido confessional-nacionalista que ele ainda lidera. Seria mais provável que uma suspensão do embargo de armas beneficiasse as forças muçulmanas que lutam sob a bandeira verde do que aquelas que defendem as flores-de-lis da Bósnia. Quando o presidente Clinton enviou Warren Christopher para persuadir os governos europeus da necessidade de suspender o embargo de armas, explicou que existia um plano para implementá-lo. A Arábia Saudita havia sido convencida a levantar uma soma substancial para compras de armas, enquanto vários governos europeus orientais tinham grandes superávits dos quais ficariam felizes em dispor. Uma resposta européia típica era que a Bósnia já tinha ido longe demais em direção ao Afeganistão sem esse empurrão extra.

Apesar de todas as objeções, a estratégia de armar os bósnios, na falta de alternativas, ainda poderia ter algumas qualidades que a recomendassem. Há uns dois milhões e meio de muçulmanos bósnios. A Declaração de Washington condena essas pessoas, num futuro previsível, a subsistir em miseráveis campos de concentração. Embora alguns de seus proponentes não estivessem conscientes disso, a política de armar os muçulmanos na verdade aceitava que a Bósnia-Herzegovina não era uma entidade viável e que a divisão era inevitável. Os defensores mais realistas da suspensão do embargo poderiam esperar que pelo menos essa divisão não fosse tão drasticamente injusta com a comunidade muçulmana da Bósnia. Se a política de armar os muçulmanos for entendida dessa forma, todavia, os problemas de logística se tornarão mais fáceis de encarar, já que os croatas não têm nenhum interesse em permitir que os muçulmanos retomem território. Há até mesmo uma boa razão para supor que o comando croata não deseja ver os muçulmanos vencerem à custa dos sérvios, pois está engajado numa barganha com estes, esperando reclamar o controle da Krajina em troca de reconhecer o objetivo estratégico dos sérvios na Bósnia. Em várias ocasiões os muçulmanos estiveram prontos para cortar o estreito corredor que liga a Sérvia a Banja Luka, mas em cada uma delas as forças croatas ficaram contentes de ver a Armiya se exaurir buscando esse objetivo sem a sua ajuda.

Pode ser que a Bósnia-Herzegovina, como a ex-Iugoslávia, esteja simplesmente morta. Mas mesmo que seja esse o caso, algo como a metade

de sua antiga população precisa de um território, e de condições razoáveis, onde possa reconstruir uma existência decente. A metade a que me refiro compreende os muçulmanos, junto com a maioria daqueles parentes mistos e aqueles com um ponto de vista genericamente secular. Eles têm direito a pelo menos uma parte do território que lhes foi oferecido pelo plano Vance-Owen. Mas hoje, como no passado, o problema-chave é o da implementação. Onde a ONU vai encontrar as forças para tornar realidade os acordos alcançados?

Novos princípios para a ONU

Como vimos, as principais potências, particularmente os Estados Unidos, foram muito relutantes em mobilizar forças de paz. Washington só estava disposto a comprometer suas forças na medida em que elas operassem à distância (relativamente) segura de 20 mil pés de altitude. O governo norte-americano foi impedido de envolver tropas terrestres por duas razões. Primeiramente, as tropas norte-americanas só podem ser mobilizadas sob o comando dos Estados Unidos. Em segundo lugar, a doutrina militar dos Estados Unidos não aceita facilmente as restrições envolvidas em um papel de "manter a paz", isto é, uma situação em que o emprego de força armada deve se limitar à autodefesa e à implementação dos acordos alcançados pelas principais partes locais em luta. Mesmo desconsiderando esses problemas e o relacionamento tenso entre Clinton e seus militares, permanece o fato de que nenhuma potência ocidental está ansiosa para enviar mais de suas próprias forças. Mesmo as forças de paz correm o risco de baixas — e, além disso, quando poderiam ser retiradas?

Nas duas últimas décadas, o Ocidente, notadamente os Estados Unidos, optou ocasionalmente por usar forças locais como substitutas para o engajamento de seus próprios soldados. Em momentos diferentes, os Contras da Nicarágua, a Unita em Angola, a Renamo em Moçambique e o Khmer Vermelho no Camboja foram empregados dessa forma. Mas em cada caso essas forças tiveram um objetivo quase que exclusivamente destrutivo, disseminando ações assassinas na esperança de sabotar os governos constituídos desses países. Por outro lado, a ONU realizou recentemente algumas operações com um objetivo muito diferente — construtivo. Ela supervisionou uma transferência de poder na Namíbia e as recentes eleições no Camboja. O objetivo dessas operações era realmente o oposto das operações do estilo "contra", ou seja, o de ajudar a fortalecer as forças democráticas locais e construir um estado local efetivo. Em 1992 a Bósnia-Herzegovina precisava manifestamente de ajuda desse tipo; mesmo depois do desastroso ano que se seguiu à "independência", uma administração da ONU oferece a melhor esperança de supervisionar uma divisão acordada ou, se isso ainda se mostrar possível, a restauração da Bósnia-Herzegovina.

O objetivo de um novo processo de paz deveria ser o fortalecimento dos elementos de uma sociedade civil e um estado democráticos e multiconfessionais na maior parcela possível da ex-Bósnia-Herzegovina, com o objetivo de preparar futuras eleições ou referendos sobre a forma de estado e de governo¹⁴. A melhor forma de assegurar que a força de proteção da ONU tenha o poder necessário para desempenhar suas responsabilidades seria o recrutamento e treinamento de uma força auxiliar local multiétnica, a seu soldo e sob seu comando. Alguns dos efetivos das forças muçulmanas, croatas e sérvias existentes poderiam ser integrados nessa força auxiliar, desde que se tomasse o cuidado de diluí-las em cada unidade. Não seria difícil encontrar voluntários para uma força como essa entre as três comunidades. Nesse contexto vale a pena citar um relato de Ed Vulliamy, que cita a seguinte declaração de um comandante muçulmano da polícia militar da Bósnia em Travnik:

*Não tenho respeito por nenhuma dessas pessoas— Karadzic, Boban ou mesmo nosso Izetbegovic. Só Tito... Essa é minha visão como civil. Este uniforme me foi imposto por aqueles que destruíram a Iugoslávia. Não estou mais lutando pela Bósnia. Estou lutando apenas por aquelas crianças de lá, por todas as pessoas velhas e fracas que não podem lutar por si... Apenas para que possam viver no mesmo lugar muçulmanos, croatas e sérvios, e para acabar com essa guerra suja e nojenta*¹⁵.

(14) Kaldor, Mary. "The wars in Yugoslavia". *New Left Review* nº 197, jan./fev. 1993.

(15) Vulliamy, Ed. *The Guardian*, 14/11/92.

Certamente vale a pena descobrir se esses sentimentos estão amplamente disseminados.

Não se deve esquecer que a rápida ascensão dos guerrilheiros de Tito em 1942-43 deveu muito ao fato de que se considerava que eles transcendiam um conflito étnico violento — a missão militar aliada decidiu sabiamente canalizar toda a ajuda para eles. Em primeira instância, a operação da ONU deve ser dirigida apenas para salvaguardar "áreas seguras", embora possa buscar também a gradual implementação daqueles aspectos do plano Vance-Owen que os líderes das três comunidades aceitaram. A pressão sobre Belgrado e Zagreb poderia permitir que fossem retomadas as negociações para um acordo mais amplo. O estabelecimento de uma força bósnia auxiliar, núcleo de uma futura autoridade estatal, permitiria finalmente que as forças de proteção da ONU fossem retiradas e a autoridade fosse transferida para autoridades eleitas, operando dentro de uma estrutura de governo com salvaguardas internas para todas as comunidades. No presente momento, as forças Unprofor (Força de Proteção das Nações Unidas) estão concentradas em regiões específicas; a formação de forças auxiliares capacitaria a Unprofor a negociar uma extensão de sua área de operação; suas regras de engajamento deveriam permitir que ela absorvesse forças militares autônomas que violassem os acordos de paz,

com o objetivo de desarmá-las e desmontá-las; uma regra desse tipo bem poderia ser a de não se realizar essa ação até que tivesse sido atingida uma superioridade local esmagadora.

A ONU precisa do núcleo de sua própria força militar independente, como sugeriu o especialista em relações internacionais e militar britânico Tom Wintringham, pouco depois de ela ter sido criada¹⁶. Mas ela precisa também ser capaz de recrutar Capacetes Azuis locais dispostos a lutar e morrer pela oportunidade de estabelecer instituições democráticas no país em que vivem. No caso bósnio há o complicador especial das fronteiras que foram contestadas na prática. Mas permanece o fato de que Tudjman, Boban, Milosevic e Karadzic assinaram um acordo reconhecendo formalmente a existência da Bósnia-Herzegovina. Não deveria ser impossível obrigá-los a concordar — formalmente — que qualquer divisão só poderia ser sancionada por um referendo, e que para prepará-lo deveria haver desmilitarização e comissões paritárias para determinar fronteiras regionais acordadas. Um processo de paz como esse talvez não fosse curto, mas enquanto estivesse em curso a ONU poderia estar desenvolvendo suas próprias administrações locais, que seriam responsáveis por implementar os resultados dos referendos.

Talvez parecesse que a esquerda nunca se alinharia com os órgãos ou projetos internacionais que tendem a ser mais ou menos subordinados aos estados ricos. As principais intervenções patrocinadas pela ONU até hoje foram talhadas para atender aos interesses dos Estados Unidos, seja na Coreia, no Congo (Zaire), em Israel/Palestina ou no Golfo. É bem de se esperar que a operação da ONU na Bósnia não se torne simplesmente uma extensão das estruturas da Otan. A participação da Ucrânia, da Rússia e do Egito ajuda a fornecer uma força de paz mais equilibrada e a restringir um pouco o controle ocidental. Entretanto, a difícil situação atual admite uma comparação com a dos socialistas no século XIX em sua atitude em relação aos poderes crescentes exercidos pelo estado capitalista. Enquanto os anarquistas ou sindicalistas simplesmente rejeitavam o estado e todos os seus mecanismos, os reformistas e colaboracionistas de classe simplesmente subordinavam os movimentos trabalhistas ao imperialismo no exterior e ao paternalismo burocrático internamente. Rosa Luxemburgo mostrou que era possível construir uma política diferente mediante exigências democráticas e antimilitaristas ao estado capitalista e lutas por metas de bem-estar universalistas. Giovanni Arrighi salientou que vivemos hoje em uma época marcada pela emergência de um estado internacional, com agências transnacionais de coordenação e intervenção¹⁷. Uma esquerda intemacionalista precisa desenvolver uma noção dessa agência cosmopolita que seria democrática e antimilitarista, e construída a contrapelo do sólido privilégio econômico que estrutura presentemente a economia mundial. Desse ponto de vista, os corpos (como a ONU) ou acordos (como o de Helsinque) internacionais existentes são profundamente insatisfatórios. Mas pelo menos operam no nível global e internacional e afirmam representar um interesse que é menos inerentemente particularista do que o do estado-

(16) Em seus rascunhos para um livro sobre uma projetada "Guarda Mundial" (1949).

(17) Ver: Arrighi, Giovanni. "Global inequalities". *New Left Review*, n° 189, set./nov. 1991.

nação. A ex-Iugoslávia, onde a busca do princípio nacionalista provocou um impasse, é prova de que a "internacionalidade", tanto quanto a "nacionalidade", é, a seu modo desajeitado, um fato.

A Sérvia, a Croácia e a Bósnia-Herzegovina estão hoje mais entrelaçadas pelo confronto militar e pela negociação política do que estiveram algum dia pela antiga Federação. O comércio continuou em meio às hostilidades. Os eslovenos, cujo egoísmo insensato fez tanto para destroçar a antiga Federação, descobriram em seguida que precisavam de trocas extensivas com a Sérvia e a Croácia, já que seu comércio com a Comunidade Européia ficou muito abaixo das expectativas. Na verdade, a Eslovênia comerciou ativamente com ambos os beligerantes desde o começo da guerra. É possível esperar que esse espírito pragmático possa ser aplicado a um fim mais valioso — a construção de uma flexível federação balcânica de estados independentes. A repulsa aos massacres de guerra também pode desempenhar um papel, como fez na formação da Comunidade Européia. Esta poderia suspender as sanções e oferecer ajudas generosas, condicionadas a garantias de fronteiras, direitos humanos e procedimentos democráticos. Em princípio, dever-se-ia oferecer a todas as ex-repúblicas iugoslavas o *status* de associadas à Comunidade Européia, como uma preliminar para a filiação plena. A perspectiva aqui proposta não é uma pela qual o nacionalismo sérvio ou croata devam ser completamente exorcizados. É antes uma perspectiva na qual o nacionalismo de sérvios e o de croatas sejam estimulados a perder as ilusões absolutistas e identitárias pelas quais foram dominados recentemente. Os movimentos sociais, os movimentos humanitários, a luta de classe, versões moderadas de nacionalismo, liberalismo e socialismo, movimentos pacifistas e até uma memória revivida da antiga Federação poderiam cumprir um papel nessa educação moral e política da consciência coletiva. Os de fora podem estimular, mas nunca forçar, um desenvolvimento como esse, pois ele depende em última instância dos próprios ex-iugoslavos¹⁸.

(18) Uma vez que este artigo foi escrito em 1993, consultar, para uma análise do desenvolvimento subsequente da situação na Bósnia, os seguintes artigos publicados na *New Left Review*, n.º 218, jul./ago. 1996: Petras, James e Vieux, Steve. "Bosnia and the revival of US hegemony" (pp. 3-25); Ugresic, Dubravka. "The confiscation of memory" (pp. 25-39).

Recebido para publicação em 11 de dezembro de 1996.

Robin Blackburn é historiador e editor da *New Left Review*.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 47, março 1997
pp. 62-83
